

REPRESENTAÇÃO DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE HOMOPARENTALIDADE

Thereza Cristina Leandro da Silva Queiroz Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
therezacristinasantos@gmail.com

Amanda Geisabel da Silva

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SANTA CRUZ – ISED
amandajeckgu@hotmail.com

Resumo

Os arranjos, que agrupam pais e mães do mesmo gênero, denominados de famílias homoparentais, gradativamente são mais visíveis no espaço social. Não é que são novas formas de família, pois já existiam, mas as mudanças sociais permitem o seu aparecimento. Nesse sentido, a escola é uma das instituições da sociedade que recebe diariamente as subjetivações oriundas dessas mudanças e a diversidade existente, sendo necessário problematizar como ela tem acolhido tais famílias e que discurso tem produzido sobre elas. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os conhecimentos das professoras da Educação Infantil, da cidade de Santa Cruz do Capibaribe- PE, sobre a homoparentalidade e as diversas configurações familiares, e compreender como elas lidam com essas questões no cotidiano escolar. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistadas 8 professoras das redes privada e municipal de ensino. O estudo constatou que as docentes ainda enxergam o conceito de família como algo natural, e que não deve fugir aos moldes clássicos; que aceitam condicionalmente o outro tido como transgressor; e que as suas falas apontam para a fragilidade das fronteiras que separam as sexualidades “normais” das desviantes.

Palavras-chave: Homoparentalidade, Educação Infantil, Santa Cruz do Capibaribe-PE.

Introdução

O conceito de família, antes considerado apenas como pai-mãe-filho, vem mudando junto com a sociedade, que ao longo dos anos apresenta configurações diversas. Tais mudanças de pensamento tornaram a sociedade mais diversificada e igualitária. Porém, ainda se percebe que é preciso evoluir na desconstrução dos modelos instituídos pelo senso comum e a escola é um importante agente nesse processo.

Engels aponta a construção histórica do modelo de família, indicando que o modelo monogâmico familiar se originou como uma forma de assegurar a fidelidade da mulher, para garantir ao homem herdeiros legítimos, que

A partir dessa construção, por muito tempo, a família ficou estruturada em torno do poder patriarcal, cujo desejo e ordens deviam ser cumpridas. Baseada em uma configuração: homem-mulher-filhos, essa família, ao longo dos anos, dissolveu-se. Várias ideologias, tais como o feminismo e o movimento LGBT, contribuíram e contribuem para isso. Assim,

Baseada durante séculos na soberania divina do pai, a família ocidental foi desafiada, no século XVIII, pela irrupção do feminino. Foi então que se transformou, com o advento da burguesia, em uma célula biológica que concedia lugar central à maternidade. A nova ordem familiar conseguiu represar a ameaça que esta irrupção do feminino representava à custa do questionamento do antigo poder patriarcal [...] Esse movimento gerou uma angústia e uma desordem específicas, ligadas ao terror da abolição da diferença dos sexos, com a perspectiva de uma dissolução da família no fim do caminho (ROUDINESCO, 2003, p. 8-9).

E embora ainda produza desconforto, a diversidade de arranjos familiares é um fato. A conhecida família tradicional não mais pode ser considerada única e absoluta. As famílias homoparentais, que são constituídas por duas pessoas do mesmo gênero, são cada vez mais presentes e visíveis na sociedade, pois a maioria desses modelos acontecia no anonimato.

Nesse sentido, é preciso problematizar como essas famílias estão sendo recebidas em um lugar tão importante, como a escola. Pois tal instituição deve ser um dispositivo para dialogar sobre os preconceitos de gênero e sexualidade. Por isso, é necessário analisar qual o olhar dos professores sobre tais questões, principalmente na educação infantil, espaço no qual ocorre maior parte da construção do desenvolvimento dos indivíduos. Nessa perspectiva:

É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 64).

É na infância que a criança irá aprender a conviver, respeitar e construir o pensamento e o caráter. É nela que se deve contemplar e refletir sobre as diversidades que fazem parte do todo social. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), indica a importância de contemplar os diferentes modos de subjetivação e de cultura:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Assim, muito é preciso evoluir na construção de uma sociedade que respeite e acolha os diversos tipos de família. Em Santa Cruz do Capibaribe, como em quase todas as cidades interioranas, percebe-se que muitos preconceitos estão arraigados no imaginário popular. O que se reproduz também na fala das professoras, que precisam ampliar o olhar sobre a homoparentalidade.

Portanto, o presente trabalho buscou analisar quais as representações das professoras sobre a homoparentalidade; quais os conhecimentos delas sobre os diversos conceitos de família; bem como problematizar sua vivência na escola e os preconceitos construídos. Para isso, realizou-se pesquisa de campo, por meio de entrevista, com 8 professoras da educação infantil da cidade de Santa Cruz do Capibaribe.

Metodologia

Essa investigação, que buscou analisar os conhecimentos acerca da homoparentalidade e dos novos conceitos de família das professoras, adotou uma abordagem qualitativa da realidade, que de acordo com Minayo (2016, p. 20), trabalha “[...] com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A investigação foi realizada em três escolas das redes municipal e particular, escolhidas pelo critério de acessibilidade, do ensino infantil da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. O instrumento de coleta de dados consistiu em entrevistas estruturadas, buscando compreender o que as docentes entendem por família, se as uniões homoafetivas são consideradas como tal e como elas lidam com isso no cotidiano escolar. O universo da pesquisa foi de oito professoras, com idades entre 22 a 55 anos. Esse método foi escolhido por se tratar de dados mais fiéis as opiniões dos entrevistados. Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados (DUARTE, 2004).

As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. As professoras participantes assinaram um termo de consentimento se dispondo a participar livremente da pesquisa. E os dados coletados foram analisados inspirando-se na análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Na qual buscou-se evidenciar quais os principais aspectos que apareceram na fala das pesquisadas, no tocante as representações de família e homoparentalidade.

Resultados e Discussão

A partir das entrevistas, as categorias que ganharam notoriedade na fala das entrevistadas foram: o conceito de família visto como algo natural; a aceitação condicional do outro; e a fragilidade das fronteiras que separam as sexualidades “normais” das desviantes.

Nesse sentido, é possível observar nas entrevistas que os conceitos de família possuem discursos prontos, com o uso de jargões e definições preparadas. Das professoras entrevistadas, cinco conceituaram a família como a “base de tudo”, como pode-se ver na frase da Professora 6¹ “*Família pra mim é base, é a estrutura de todo ser humano, é a família*”. Para duas professoras, família são os laços que se formam com o tempo na vida da criança, como vemos na resposta da Professora 1:

Família pra mim, não é só ter laços de sangue, família pra mim é aquelas pessoas que você convive no dia a dia, você tem a família da escola, você tem a família da sua casa, você tem a família que é de seus amigos, e depende do laço que você tem com as pessoas, pra mim família é isso, é o laço que você tem com alguém.

Em todas as respostas, observa-se que as entrevistadas reproduzem os conceitos apreendidos na sociedade. Roudinesco (2003, p. 15) fala sobre o caráter complexo da família:

A própria palavra recobre diferentes realidades. Num sentido amplo, a família sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e a filiação, ou ainda pela sucessão dos indivíduos descendendo uns aos outros: um *genos*, uma linhagem, uma raça, uma dinastia, uma casa etc.

As respostas sobre família de cinco das oito professoras foram dadas nos moldes clássicos, onde não se aceitam a “desordem”² familiar existente nos dias atuais. Na fala da Professora 5 podemos ver claramente esse fator:

É tudo, família é tudo na vida, porque se não existe família, certo? Não vai existir uma sociedade equilibrada, pra ser professor com os valores atuais, e com que estamos vendo hoje uma sociedade onde o fator de família está ficando para trás. A questão família diante da sociedade hoje ela não tem o valor de antigamente, eu acho que a falta de disso é que nós temos jovens que não valorizam mais pai e mãe e principal que é viver em sociedade, que a primeira sociedade que um ser humano vive é a família, ele não tem essa oportunidade então ele não vai poder viver dignamente.

Três das entrevistadas não concordam que famílias homoparentais sejam consideradas famílias, reproduzindo discursos religiosos num espaço que deveria ser laico, como visto na frase da Professora 6: “*Não, eu discordo porque vai contra minha religião e contra o que eu aprendi desde*

¹ Por questões de sigilo, os nomes das entrevistadas serão omitidos.

² Conceito usado por Roudinesco (2003) para descrever a historicidade da família e seus diferentes conceitos e estruturas.

criança, não tenho nada contra, quem quiser, né? Cada família tem se jeito de ser, mas eu não considero não". As entrevistadas aceitam apenas os ensinamentos religiosos como o correto a se seguir, sem considerar o posicionamento do outro.

Nos discursos utilizados pelas entrevistadas, viu-se como ainda há uma divisão na sociedade no que se refere a questão de sexualidade. Quando questionadas sobre a homoparentalidade e sobre o ensino de crianças oriundas dessas famílias, cinco das entrevistadas argumentam que aceitam, porém, não conseguem ver a criança e sua família de uma maneira igual a das outras. No discurso da Professora 4 pode-se ver claramente essa aceitação condicional do outro: "Eu aceitaria, não de uma forma que a gente e a sociedade não aceitam, mas eu aceitaria. Eu digo isso aos meus filhos, que tem três coisas que eu peço que eles não façam. Mas se eles quiserem seguir esse caminho, eu respeito, eu aceito, não vou jogar eles fora".

Também é questionável o conceito de normalidade das entrevistadas, todas disseram que agiriam "normal" quando um aluno de família homoparental frequentasse sua sala de aula. Esses discursos, na maioria das vezes, ignoram as diferenças que existem nas escolas e na sociedade. Vê-se isso na fala da entrevistada que reforça a ideia de normal como uma tentativa de se convencer disso: "*Eu assim, eu reagiria super normal, até porque tem alguém assim na família, mas como profissional a gente tem que encarar isso mais do que normal*" (ENTREVISTADA 2).

De modo que apenas as Professoras 1 e 2 citam o ensino das diferentes configurações familiares na sala de aula, como uma forma de inclusão:

(...) quando no dia a dia se surgisse esse questionamento das crianças "ah tia ele não tenho mãe" ou "não tem pai", "é duas mães", eu iria trabalhar isso em sala de aula com as crianças, mostrava o diferentes tipos de família que existe, porque, na sociedade que a gente vive hoje, até os pais hoje em dia mostra [...] eu iria trabalhar na sala de aula, uma aula diferente, mostrando que família pode ser dois homens, duas mulheres, essa troca assim (ENTREVISTADA 1).

Não se pode esconder da turma, porque se não for trabalhando na sala, se não for discutido em uma sala de aula, ele vai se deparar com essa situação na rua e vai constranger, como ele tem a escola como seu porto seguro que pode retirar conhecimento, eu acho que é viável se trabalhar aqui na sala, e viável a gente demonstrar que o importante é o amor, é respeito, e não se é homem ou se é mulher (ENTREVISTADA 2).

Algo que na prática deveria ser simples, encontra muito entraves no espaço educacional, pois o respeito não deveria ter condições para ser exercido. Sobre a diversidade Louro (1997, p. 57) fala que a escola foi:

Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo

transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, "garantir" — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos.

A diversidade em sala de aula, não pode ser ignorada, a escola que prepara o aluno para a sociedade deve mostrar verdadeiramente como ela é, repleta de diversidades. Louro (1997, p. 64-65) ainda aponta que:

Dispostas/os a implodir a ideia de um binarismo rígido nas relações de gênero, teremos de ser capazes de um olhar mais aberto, de uma problematização mais ampla (e também mais complexa), uma problematização que terá de lidar, necessariamente, com as múltiplas e complicadas combinações de gênero, sexualidade, classe, raça, etnia.

Nessa perspectiva, os professores devem ampliar as discussões das diferenças existentes na sala de aula, e para isso é necessário que tenham uma visão mais aberta e mais crítica a novas ideias para desconstruir discursos prontos, nos quais se exclui pessoas que não estão adequadas as normas sociais e são marginalizadas.

A partir da pesquisa, também se percebeu uma fragilidade sobre o conceito de sexualidade na visão das professoras. Pois mesmo a maioria reproduzindo a fala de que as vivências sexuais são algo “natural”, as falas remetem a ela como uma escolha, que a maioria não concorda. Isso é possível de observar no recorte de fala da Professora 5:

(...) eu não sou contra mesmo que eu não queira pra mim, mas eu não sou contra que ocorra, porque isso é uma individualidade de cada um, e mesmo que eles são homossexuais, mas eles não praticam algo que desperte a criança pra isso. Desde que essa tenha sido sua escolha eu acho que isso não atrapalha.

No olhar da entrevistada, por acreditar que a sexualidade é uma escolha, ela busca proteger as crianças desse “mal”, uma vez que afirma que não há problema, desde que não se desperte a criança para também ser homossexual. Sobre a sexualidade, Louro (2000, p.2) afirma que alguns equívocos precisam ser desfeitos, “O primeiro deles remete-se à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política. O segundo, ao fato de que a sexualidade é "aprendida", ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”.

Sendo a sexualidade uma construção que ocorre ao longo da vida, ela não é algo fechado nem pronto. Mas se desenvolve a partir de rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções. Processos que são profundamente culturais e plurais (IBID., p. 3).

Mesmo sem perceber, a professora ressalta o caráter contingente da sexualidade, pois indica que tolera o diferente, mas não queria a homossexualidade para ela. Tal ideia é bastante recorrente na

maioria dos discursos sobre esse tema, uma vez que o indivíduo não aceita o outro diferente para não ser igualado a ele: *“Eu trabalharia normal, eu não sou contra, cada um vive do seu jeito, eu só não quero pra mim” (ENTREVISTADA 4).*

A fragilidade teórica e compreensiva sobre sexualidade nos discursos das entrevistadas pode ser entendida como uma forma de exclusão das sexualidades que são ditas como desviantes. Pois a Professora 4 afirma que *“ (...) só seria contra e só sou contra aquela questão quando um dos cônjuges age com a criança de forma que queira que essa criança seja igual a eles”*. Como se houvesse algo de errado em ser homossexual, que as crianças não pudessem ser iguais aos pais. Além de desconsiderar as várias influências que um indivíduo recebe ao longo da vida para elaborar sua identidade.

Ainda na fala da Professora 3, quando perguntada sobre a reação ao ensinar uma criança de família homoparental, mas uma vez veio à tona a questão de normalidade, quando ela responde *“Normal, eu não passei pela situação, mas conheço casos de parceiros, e a gente vê que as crianças são bem mais tratadas do que uma família normal”*. Desse modo, é preocupante quando se percebe que famílias com configurações diferentes não são consideradas normais. Para muitos o conceito de família está ligado apenas a sexualidade, no entanto, esse é bem mais amplo, envolve sobretudo as posições psíquicas dos sujeitos:

Aos utopistas que acreditam que a procriação será um dia a tal ponto diferenciada do ato carnal que os filhos serão fecundados fora do corpo da mãe biológica, em um útero de empréstimo e com a ajuda de um sêmen que não será mais aquele do pai, retorquimos que, para além de todas as distinções que podem ser feitas entre o gênero e o sexo, o materno e o feminino, a sexualidade psíquica e o corpo biológico, o desejo de um filho sempre terá algo a ver com a diferença dos sexos. Demonstram isso as declarações dos homossexuais que sentem a necessidade de dar aos filhos por eles criados uma representação real da diferença sexual, e não apenas duas mães das quais uma desempenharia papel de pai, ou dois pais dos quais um se disfarçaria de mãe (ROUDINESCO, 2003, p. 91).

É importante perceber que a sexualidade e a família devem ser debatidas na sala de aula, desde a educação infantil, pois de acordo com Freud (1905, p.163):

Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual.

A sexualidade, como uma construção, começa na infância, e desde então deve ser estudada e trabalhada no âmbito educacional. Ainda que muitos silenciamentos ocorram em torno desse tema, é possível abordá-lo em sala de aula de uma forma interdisciplinar e crítica.

Ainda pode-se dizer que, quando as professoras foram questionadas sobre o desenvolvimento das crianças de famílias homoparentais se seriam afetadas ou não, muitas das entrevistadas possuíam medo do tipo de criação dessa criança. A resposta da Professora 5 diz *“que vai depender muito da criação de como eles são criados, quais os ideais deles”*. Já a Professora 7 afirma que não há problema, *“desde que saiba criar”* e a Professora 8 *“depende de como ela vai ser criada”*.

O saber criar aqui está relacionado aos padrões impostos e também ao fato de não influenciar os filhos a também serem homossexuais. Há, ainda, um certo receio por parte delas que casais homoafetivos, principalmente quando formados por dois homens, não saibam como criar uma criança. Mais uma vez, o preconceito é destacado, já que o papel de “cuidar” sempre foi designado à mulher. Então, a maioria dos discursos tendem a naturalizar as posições sexuais e de gênero, acreditando que homossexuais masculinos e femininos são biologicamente ou psicologicamente distintos dos heterossexuais, e seu comportamento é justificado mais em termos psicológicos e biológicos que sociais (FRY, MACRAE, 1985).

Contudo, grande parte das falas aponta para o receio que as pessoas possuem de que as sexualidades que fogem ao padrão atinjam suas individualidades, o que denuncia o caráter mutável do sexual. Pelo poder que tais ideais e normatizações sobre a sexualidade ainda tem hoje, parece difícil reverter esse quadro. Porém, é dever do educador entender que é possível construir, através da sala de aula, uma sociedade menos preconceituosa e mais acolhedora.

Conclusões

Problematizar uma questão como a da homoparentalidade envolve coragem, pois requer tirar os indivíduos das suas posições de conforto e repensar suas verdades absolutas. Não deveria ser tão preocupante deixar que as diferenças existam. Nesse sentido, a questão das sexualidades e padrões de família que fogem aos ditos “normais” tendem a ser bastante perturbadores na ordem das coisas. Uma vez que a maioria das pessoas tem medo de se comprometer, por apoiar a causa, serem taxadas também como homossexuais.

É possível pontuar ainda que a construção da sociedade é bastante afetada pelo conhecimento e ideologia construídos na escola, e vice-versa. A instituição escolar deveria ser um importante agente para desconstruir os preconceitos. Pois, a sociedade do século XXI está tão diversificada, que já não deveria ser estranho/esquisito que casais homossexuais adotassem filhos (a), se casassem e constituíssem um lar.

No entanto, é notório que muito se deve evoluir, principalmente na formação de professores para um olhar menos preconceituoso e mais acolhedor. Na prática, as professoras de educação infantil da cidade de Santa Cruz do Capibaribe - PE, ainda precisam ampliar o olhar para lidar com a diversidade em sala de aula. Pois a escola não deve ser um lugar para crenças e religiões, o Brasil como estado laico, recebe diariamente pessoas de diferentes credos em suas salas de aula. Portanto, desrespeitar ou ignorar a família de um aluno baseado em suas doutrinas é incompreensível e assustador, principalmente quando a palavra respeito deveria ser a máxima de qualquer instituição educacional.

Contudo, mesmo diante do olhar limitado que essa investigação possa oferecer, é preciso repensar que direções a educação infantil dessa cidade tem adotado juntamente com seus profissionais. Para que seja possível vislumbrar uma sociedade mais acolhedora face as diferenças existentes nas diversas configurações familiares. E sobretudo, que tais assuntos não sejam silenciados no espaço escolar.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** – Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em 20 abr. 2018.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2216/1859>>. Acesso em 26 abr. 2018.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9 ed. Rio e Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1984.

FREUD, Sigmund. (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. VII.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

LOURO. Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis – RJ: Vozes Ed., 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 09-28.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

